

Seminário de Gênero

# Bandeiras Eleitorais

Seminário de Gênero: Bandeiras Eleitorais  
São Paulo, 11 e 12 de novembro de 2015

**Realização:**  
Secretariado Nacional da Mulher/PSDB  
Fundação Konrad Adenauer

Coordenação: Marina Caetano

Produção de textos: Alexandre Neto  
Revisão de textos: Sérgio de Sá  
Degravação: Gláucia Beatriz  
Projeto gráfico e diagramação: Anticorp Design  
Fotos: Fabrício Mendes

Fundação Konrad Adenauer  
Rua Guilhermina Guinle, 163 - Botafogo  
CEP: 22270-060 - Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (55 21) 2220-5441 - Fax: (55 21) 2220-5448  
[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)  
Facebook: <https://www.facebook.com/kas.brasil>  
Twitter: [twitter.com/kasbrasil](https://twitter.com/kasbrasil)

Secretariado Nacional da Mulher/PSDB  
Avenida L2 Sul, quadra 607, Edifício Metrôpolis, cobertura 2  
CEP: 70.200-670 - Brasília, DF  
Telefone: (55 61) - 3424-0500 - Fax: (55 61) -3423-0515  
[www.psdb.org.br/mulher](http://www.psdb.org.br/mulher)

Seminário de Gênero

# ***Bandeiras Eleitorais***

São Paulo, novembro de 2015



# Sumário

Apresentação	06
Participantes	08
Mesa 1 - Mulheres e Política	09
Mesa 2 - Análise da Conjuntura Atual	13
Primeira Bandeira: Saúde da Mulher	17
Segunda Bandeira: Educação, Formação e Cidadania	21
Terceira Bandeira: Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana	25
Quarta Bandeira: Empreendedorismo, Terceiro Setor e Voluntariado	29
Considerações Finais	34

# Apresentação

As páginas a seguir representam o esforço conjunto do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB e da Fundação Konrad Adenauer para qualificar as militantes do partido e as futuras candidatas para o pleito municipal de 2016.

Durante dois dias, cerca de cem filiadas e simpatizantes de 24 estados e do Distrito Federal se reuniram em São Paulo, com apoio do Secretariado estadual, para discutir agendas para as postulantes aos cargos de prefeito e de vereador pela legenda.

A ideia é proporcionar às candidatas tucanas subsídios para que possam discutir questões que são caras para as mulheres brasileiras com fundamentação e em profundidade. Para isso, reunimos um time de primeira linha em temas que podem fazer a diferença para a vitória nas urnas.

Os assuntos variaram entre velhos problemas – como a questão da violência e as barreiras ao ingresso nas esferas de poder – e novos desafios, como a necessidade de se olhar o empreendedorismo como instrumento para equidade de gênero no mercado de trabalho.

O nosso objetivo foi o de trazer abordagens novas, para além do pensamento dominante no PSDB. Decidimos sair da zona de conforto para oxigenar as ideias e olhar antigos e novos temas por ângulos diferentes. Afinal, as questões de gênero perpassam todas as agremiações partidárias, pois são assuntos que dizem respeito a toda a sociedade.

O poder político ainda é um espaço ocupado majoritariamente pelos homens. A representatividade feminina ainda está muito aquém do nosso peso na sociedade. Apesar de sermos maioria da população, ocupamos espaços residuais nos postos de comando dos governos, nos assentos dos parlamentos, nos partidos políticos, nos sindicatos.

As esferas formais de poder ainda são espaços hegemônicos dos homens. A participação feminina é mais expressiva nos postos em que a capacidade e a competência prevalecem, como nos cargos públicos em que o ingresso ocorre por concurso público.

Em resumo, as decisões políticas ainda são preponderantemente tomadas por homens. Esse simples fato acarreta em falta de sensibilidade na definição do rumo de inúmeras ações estatais, inclusive naquelas voltadas para as mulheres.

A aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, de projeto de lei que complica e limita o atendimento às vítimas de violência sexual é apenas um exemplo eloquente entre vários atos que interferem diretamente na vida das mulheres brasileiras sem que elas sejam sequer consultadas.

Esse ataque institucional, patrocinado inclusive com votos de deputados do PSDB, foi rechaçado com vigor durante o seminário, com aprovação de moção de repúdio a essa anacrônica iniciativa do atual presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Basta! As mulheres são capazes de escolher o que é melhor para elas. Não precisamos de tutores a definir o nosso futuro. A mudança dessa realidade, porém, requer o empenho de cada uma e de todas as mulheres brasileiras.

Para isso, precisamos ter voz, romper os círculos de poder majoritariamente masculinos. Isso requer que disputemos as eleições com a defesa intransigente de bandeiras que não são apenas das mulheres, mas da cidadania.

Não há sociedade justa, fraterna e desenvolvida que subjuga mais da metade de sua população. Por isso, o seminário de gênero promovido por nossas instituições e esta cartilha são apenas um passo na direção de um país mais aderente aos princípios democráticos e da modernidade.

No primeiro dia de seminário, além de uma breve sessão de abertura, promovemos duas mesas. Na primeira delas, discutimos o tema “Mulheres e Política”. Na segunda, a conjuntura político-econômico-social do país.

No segundo dia, promovemos debates a respeito de quatro temas fundamentais para discussão nas eleições de 2016. Na sequência, foram discutidos os seguintes assuntos, que intitulamos de bandeiras: “Saúde da Mulher”; “Educação, Formação e Cidadania”; “Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana”; e “Empreendedorismo, Terceiro Setor e Voluntariado”.

Além disso, fizemos uma breve sessão de encerramento. Os desafios são grandes, mas a motivação e o entusiasmo são maiores. O caminho é longo, mas já foi maior. Estamos no caminho certo. As portas que abrimos, sem dúvida, encurtaram o caminho para as próximas gerações.

Boa leitura!

*Solange Jurema*  
Presidente do Secretariado  
Nacional da Mulher/PSDB

*Marina Caetano*  
Coordenadora de projetos da  
Fundação Konrad Adenauer



*Solange Jurema*



*Marina Caetano*

# Participantes

- **Albertina Duarte** – coordenadora de políticas públicas para mulheres do governo do Estado de São Paulo
- **Alexandra Reschke** – arquiteta, urbanista e consultora em mudanças sustentáveis
- **Ana Dayse Dória** – secretária de Educação de Maceió e reitora honorária da Ufal
- **Bruno Caetano** – sociólogo, mestre e doutorando em Ciência Política pela USP e diretor-superintendente do Sebrae/SP
- **Cleuza Zerbini** – fundadora da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo
- **Cristina Lopes Lemos** – vereadora em Goiânia
- **Eliana Piola** – especialista em políticas públicas
- **Humberto Dantas** – cientista político, conselheiro da Fundação Konrad Adenauer
- **Irina Frare César** – socióloga, mestranda em Administração Pública pela FGV/Eaes
- **Jacira Melo** – diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão
- **Laura Valente de Macedo** – consultora sênior da WRI Brasil
- **Luiz Henrique Gebrin** – livre docente da Unifesp e diretor do Centro de Referência da Saúde da Mulher do governo do Estado de São Paulo (Hospital Pérola Byington)
- **Maitê Fernandez Gauto** – secretária-executiva da Fundação Abrinq
- **Maria Helena Guimarães** – socióloga, ex-secretária de Educação do Estado de São Paulo e diretora-executiva da Fundação SEAD
- **Marina Caetano** – coordenadora de projetos da Fundação Konrad Adenauer
- **Marina Kohler Harkot** – pesquisadora independente e ativista em questões urbanas
- **Michelle Larissa Nascimento** – coordenadora do programa Comunidade Solidária, da Prefeitura de Maceió
- **Mônica Galiano** – secretária-executiva do Conselho Latino-americano de Voluntariado Empresarial e consultora sênior da International Association for Volunteer Effort
- **Nancy Thame** – presidente do Secretariado Estadual da Mulher/PSDB de São Paulo
- **Rita Camata** – deputada federal constituinte e relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente
- **Rodrigo Estramanzo** – cientista político, pesquisador e docente da FESP/SP
- **Solange Jurema** – presidente do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB
- **Tânia Lago** – médica sanitária, professora assistente do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
- **Yeda Crusius** – presidente de honra do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB e ex-governadora do Rio Grande do Sul

## Mesa 1 - Mulheres e Política

As mulheres representam 51,3% da população brasileira e formam 52% do eleitorado nacional, segundo dados do IBGE e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.

No mercado de trabalho, quatro a cada dez postos são ocupados por mulheres, que já são maioria nas universidades do país. Em quase 40% dos lares, a principal fonte de renda é fruto do trabalho feminino, apesar de elas receberem menos que os homens quando desempenham a mesma função.

Os números que expressam a participação feminina na sociedade e no mercado de trabalho são sempre superlativos. No entanto, as estatísticas referentes à presença das mulheres nos postos-chave da política nacional ainda são decepcionantes, frente ao potencial de contribuição para o desenvolvimento da cidadania.

A baixa ocupação de cadeiras no Legislativo talvez seja o exemplo mais eloquente dessa realidade. Segundo boletim da União Interparlamentar (UIP), divulgado em janeiro de 2015, o Brasil ocupa apenas a 116ª posição em uma lista de 190 países.

Na Câmara, as 51 mulheres ocupavam o equivalente a 9,9% das cadeiras. No Senado, a proporção era um pouco melhor. Havia 12 senadoras em exercício, o que representava 13% dos 81 parlamentares.

Com moderação de Eliana Piola, participaram da mesa de discussão a filósofa Jacira Melo, diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão; a arquiteta urbanista Alexandra Reschke, consultora em mudanças sustentáveis; e a socióloga Irina Frare César, mestranda em Administração Pública pela FGV/Eaes.



Moderadora: Eliana Piola



**JACIRA MELO: as mulheres são a maioria dos participantes de movimentos populares**



“Política também é lugar de mulher.” Essa frase pode ser dita por nós, mulheres, mas não é repetida pela voz masculina nos partidos brasileiros.

O Brasil tem uma das menores taxas do mundo de presença de mulheres no Legislativo. Dados da União Interparlamentar demonstram que, de um total de 190 países, o Brasil ocupa apenas a 116ª posição no ranking de representação feminina no Legislativo.

Na atual legislatura (2015-2018), as mulheres representam apenas 10% dos 513 parlamentares na Câmara Federal. O Brasil é o penúltimo país da América Latina quando o assunto é presença feminina no Parlamento.

Em todo o mundo, as mulheres estão em menor número nos parlamentos. Essa é uma questão global, mas as taxas brasileiras ficam abaixo da média mundial, que varia entre 20% e 22%.

A posição do Brasil no ranking de representação de mulheres na política é contrastante com a força e a importância das brasileiras nos cenários social, econômico, cultural e socioambiental.

Somos 103 milhões de mulheres, o que significa 51% da população segundo a PNAD 2011. Representamos 48% da força de trabalho. Nas últimas décadas o número de filhos por mulher caiu, enquanto a escolaridade só cresceu.

**RESTRICÇÕES** – São muitas as restrições impostas para as mulheres entrarem no universo da política, historicamente ocupado pelos homens. No entanto, é inescapável ressaltar o desinteresse ou a não-permanência das mulheres na participação político-partidária.

Desde a redemocratização do Brasil, as mulheres são a maioria dos participantes de movimentos populares, seja por saúde, por moradia, por segurança, contra a violência. Isso está em todos os estudos sobre participação política comunitária: as mulheres são maioria.

Aí vocês vão dizer: “Somos a maioria, mas quando tem associação no bairro, o presidente é um homem”.

É possível dizer que uma das principais diferenças da militância, nos movimentos sociais e comunitários em relação a sindicatos e a partidos, é sua horizontalidade, sua ausência de hierarquia rígida.

Os partidos e os sindicatos são hierarquizados e caracterizados pela formação de grupos políticos e de disputa permanente de poder.

Alias, a política é uma disputa permanente de poder, poder de fato, poder de decisão. A desigualdade de gênero é algo institucionalizado no espaço partidário.

O Brasil ocupa apenas a 116ª posição no ranking de representação feminina no Legislativo.

**ALEXANDRA RESCHKE: o exemplo de liderança de Ruth Cardoso**

Vou fazer uma homenagem a uma das grandes mulheres que fez a diferença na política deste país: Ruth Cardoso.

Em 1996, na Conferência Habitat II, da ONU, em Istambul (Turquia), a delegação brasileira foi chefiada por Ruth Cardoso. Isso fez toda a diferença.

Ela rompeu o paradigma do Itamaraty. Abriu a possibilidade para que a delegação brasileira pudesse recolher o documento que foi feito pela sociedade civil.

Ruth Cardoso mediou esse diálogo em círculo entre todas as lideranças que estavam ali do governo e da sociedade. Mais do que isso: ajudou a construir um pacto real em cima da política pública.

Ela ajudou a ampliar as fronteiras do pacto, prevalecendo a posição brasileira sobre a hegemonia dos países mais poderosos.

Naquele evento, vi uma mulher exercendo seu papel, sua liderança em um espaço de poder.

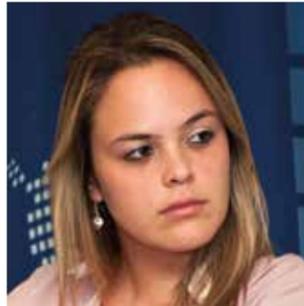


**MILITÂNCIA** – Sou arquiteta urbanista, minha trajetória de militância foi junto aos movimentos sociais de moradia em São Paulo. Tive o privilégio de participar do primeiro governo de Celso Daniel (PT), em Santo André.

Tive ainda experiência, durante o governo Lula, de ocupar a Secretaria do Patrimônio da União. Sempre me questionei: “Estou nesse espaço para fazer a diferença, mas como?”

Resolvi, nesse lugar, exercer o compartilhamento de poder real com todos os demais diretores e servidores públicos, com valorização do capital humano.

Precisamos ter coragem de dizer o que queremos para romper essa separação de um modo de ser no espaço da casa privada e do espaço público. Queremos ser integrais com o nosso afeto, nossa psique, nossa relação de saúde, inclusive no espaço público que nós conquistamos.



**IRINA FRARE CESAR: o empoderamento de gênero é essencial**

A quem interessa o empoderamento das mulheres? Será que um país em que os representantes propõem a retirada da pílula do dia seguinte até mesmo para mulheres que foram estupradas tem interesse no empoderamento de gênero?

O termo empoderamento começou a ser usado na década de 70, e a sua incorporação no movimento feminista aconteceu como uma forma de valorização da mulher.

Trouxe aqui o relatório do Unicef de 2007. O documento mostra que o empoderamento de gênero é essencial, principalmente, em três áreas: política nacional, política local e processo de paz e após conflitos.

Dentro da política nacional, a gente está falando da representação parlamentar. Uma maior representação das mulheres torna mais sensíveis as questões de gênero e as ligadas às crianças.

Dentro da política local, mostra-se que as mulheres têm uma capacidade de articulação e têm um impulso de redistribuir os recursos de uma forma mais equânime. Nos processos de paz e após conflitos, as mulheres estão contribuindo cada vez mais criticamente.

Segundo o Unicef, nos governos locais, as mulheres priorizam as questões sociais, e os homens priorizam as questões estruturais.

Dentro dos processos de paz e reconstrução pós-conflitos, quando você aumenta a participação feminina na questão de apoio, o conflito tende a diminuir e a duração do embate é menor.

*Será que um país em que os representantes propõem a retirada da pílula do dia seguinte tem interesse no empoderamento de gênero?*

## Mesa 2 - Análise da Conjuntura Atual

A compreensão do momento histórico brasileiro – caracterizado por escândalos de corrupção em série, estagnação da economia e indignação de grande parte da sociedade com as instituições e representantes da política – requer um olhar para dentro e outro para fora das nossas fronteiras.

Essa é a principal conclusão da mesa responsável pela análise da conjuntura atual. Os efeitos da crise política que retroalimenta a retração da economia acabam potencializados pela rapidez com que as informações circulam pelas redes sociais, onde muitos falam para muitos.

Em um cenário em que o governo perdeu a capacidade de agenda, a espiral ganha contornos difíceis de serem previstos. Essa é a quadra em que o Brasil se encontra. Pior: não há perspectiva de melhoras.

Vale aqui a ressalva de que as discussões ocorreram antes do acolhimento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Moderada pela coordenadora de projetos da Fundação Konrad Adenauer, Marina Caetano, a mesa teve a participação do cientista político Rodrigo Estramanzo, pesquisador e docente da FESPSP; do também cientista político Humberto Dantas, conselheiro da Fundação Konrad Adenauer; e da ex-governadora do Rio Grande do Sul Yeda Crusius, presidente de honra do PSDB/Mulher.



*Moderadora: Marina Caetano*



Seminário de Gênero - Bandeiras Eleitorais



**RODRIGO ESTRAMANTO: sem ideologia não há partido político**

*Ao mesmo tempo em que reúne a massa, a web 2.0 é efêmera.*

As jornadas de junho de 2013 nasceram de toda a mudança que vem ocorrendo no ambiente político brasileiro ao longo dos últimos anos. No entanto, esse ambiente não é tipicamente nacional.

Quando os partidos políticos se enfraquecem, as ideologias tendem a uma falsa noção de realidade. Os discursos viram um bordão. Os conceitos vão se perdendo. É isso o que temos acompanhado.

Temos aí uma estetização da política. Isso leva à rejeição da política institucional e dos partidos. Esse tipo de sentimento nasceu, em 2010, com as chamadas “primaveras árabes”. Depois, surgiram os “indignados” na Espanha e o movimento “Occupy Wall Street”.

É nesse ambiente que surgem no Brasil as jornadas de junho de 2013. Todos esses movimentos, no país e lá fora, acabaram organizados pela chamada web 2.0 P2P (pessoa a pessoa).

Nesse contexto, as redes sociais dão condições concretas e materiais para esse tipo de organização, nas quais muitos falam para muitos. Ao mesmo tempo em que reúne a massa, a web 2.0 é efêmera. Essa é uma característica muito marcante de nossa época.

É muito importante para quem está fazendo política ter essa noção. A política não pode estar dissociada das tendências da sociedade.

Dessa forma, considero que o grande desafio que temos é o de repensar as questões do cotidiano para tentar desafiá-lo, na ação e no pensamento, com ideologia. Sem a ideologia não há partido.



**HUMBERTO DANTAS: a presidente não tem capacidade de articular no Congresso**

O Índice de Confiança nas Instituições, medido pelo Ibope, testa várias organizações. Em 2015, as seis instituições políticas avaliadas conseguiram se juntar e ocupar as seis piores posições. Temos nesse grupo o próprio sistema eleitoral, os partidos políticos, o Legislativo federal, o governo federal, a presidente da República e a figura do governo municipal.

Nunca antes na história deste país, as instituições políticas atingiram índices tão baixos. No caso dos partidos políticos, se chegamos nesse ponto de saturação, como vamos dialogar? Como disputar o voto dos eleitores? Essas são questões importantes que precisam ser respondidas.

Nenhum dos grandes políticos do país tem hoje menos que 50% de rejeição. Temos um problema relacionado à crise de liderança. Estamos falando de gente importante de todos as legendas, governistas e oposicionistas.

Tivemos em 2014 um número de eleitores 5% maior que em 2010, o que representou mais 4,5 milhões de pessoas que compareceram para votar no primeiro turno.

Mesmo assim, houve uma queda de 1% no número de votos válidos para deputado federal em todo o Brasil. Esses dados demonstram a falta de confiança nas instituições e lideranças políticas brasileiras. Esse é um quadro grave.

**GOVERNO SEM BASE** – Diante de todo esse quadro de falta de confiança e liderança, onde está o problema da presidente da República? Na sua própria base, na sua bancada. Ela tem problemas dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. A presidente não tem mais capacidade de articular no Congresso Nacional.

A gente não pode correr o risco de eleger gerente. Presidente da República não é gerente. A política não pode ser negada, como está ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Esse país não é uma loja, e sim uma nação.

*A política não pode ser negada! Esse país não é uma loja, e sim uma nação.*



**YEDA CRUSIUS: sem as mulheres não há solução**

Nada há além de uma interrogação para essa nova ordem que estamos vivendo no Brasil e no mundo. As capas das revistas semanais *Época* (edição 909) e *IstoÉ* (edição 2.397) trouxeram matérias sobre manifestações das mulheres contra a violência e o projeto de autoria do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que dificulta o aborto legal em caso de estupro.

Estamos em um novo ambiente e o PSDB/Mulher está pronto para que tenhamos sucesso nas eleições municipais de 2016. Conquistamos tempo de televisão, cotas e dinheiro do fundo partidário. O desafio agora é descobrir como eleger mais mulheres, pois sem as mulheres não há solução.

**EXEMPLOS** – Temos agora um grande exemplo vindo do Canadá. Enquanto discutimos projetos que privam direitos das mulheres, no Canadá, o novo primeiro-ministro, Justin Trudeau, apresentou um gabinete com equilíbrio de gênero, formado por 15 ministras e 15 ministros. Não apenas isso, Trudeau também abriu espaço para várias etnias que formam o povo canadense.

O presidente Itamar Franco também foi um grande exemplo. Quando assumiu no lugar do Fernando Collor, disse que escolheria os ministros dentro dos partidos que construíram o processo de impeachment. Ele disse que aceitaria sugestões e escolheria, mas que queria dois ministérios para mulheres.

Foram várias as críticas. A Luiza Erundina foi para o Ministério da Administração Federal, para tratar do serviço público, uma grande paixão do presidente Itamar Franco.

Ele escolheu uma outra mulher para ficar perto dele no Planalto: Denise Paiva, como assessora de assuntos sociais do Itamar. E eu fui para o Ministério do Planejamento e Orçamento.

*Estamos em um novo ambiente e o PSDB/Mulher está pronto para que tenhamos sucesso nas eleições municipais de 2016.*

## Primeira Bandeira: Saúde da Mulher

Ainda há muito a ser feito no Brasil quando o assunto é saúde da mulher. A violência sexual e a dificuldade de acesso ao controle reprodutivo são os exemplos mais expressivos do problema.

Para vencer essas e outras barreiras, o país precisa melhorar o acesso a tratamentos de doenças evitáveis e a informações, sobretudo no que diz respeito aos métodos anticoncepcionais.

Além disso, a questão da saúde feminina tem de ser encarada como um tema relevante para o conjunto da sociedade. As mortes de mulheres relacionadas a complicações na gravidez, no parto e no pós-parto ainda são expressivas no país.

Essas mortes poderiam ser evitadas em sua quase totalidade. Falta decisão política para o seu enfrentamento. O mesmo ocorre com o câncer do colo do útero, que também mata milhares de brasileiras todos os anos.

Com mediação de vereadora Cristina Lopes Lemos (Goiânia), o debate contou com a presença do diretor do Hospital Pérola Byinton de São Paulo, o médico mastologista Luiz Henrique Gebrin; da médica Tânia Lago, docente do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; e da coordenadora de políticas públicas para as mulheres do governo do Estado de São Paulo, a ginecologista Albertina Duarte.



*Moderadora: Cristina Lopes*





**LUIZ HENRIQUE GEBRIM: o essencial é educação e prevenção**

Temos hoje alguns desafios que ainda são do século XVI na área da saúde da mulher. Esses desafios estão relacionados e muitos deles são fáceis de se resolver.

A primeira coisa mais inteligente para saúde não é o investimento em aparelhos caros ou remédios. O essencial é simplesmente buscar aquilo que nos faz bem. Muita coisa depende do núcleo urbano, das condições de moradia, da dieta alimentar e de atividade física.

É muito importante termos em mente que muitas doenças crônicas que afetam toda a população decorrem do sedentarismo. A incidência do câncer de mama diminuiu em 30% com a atividade física regular desde a adolescência. Por isso, o essencial é educação e prevenção.

**DINHEIRO PARA QUEM PRECISA** – No Canadá, a realização de uma mamografia acontece depois dos 50 anos, nos casos em que há alguma alteração. Em um mês, está tudo resolvido.

Aqui no Brasil, 90% dos exames de mamografia são feitos em pacientes que não precisam. No Canadá, existe uma política e um pacto com a mídia, com o parlamento e com os órgãos de saúde. O dinheiro da saúde é para quem precisa.

O hospital não é para qualquer um. O hospital é para quem precisa. Para isso, precisamos ter resolutividade. A pessoa vai ao hospital quando precisa, resolve o seu problema e volta para casa. É preciso ser de modo igual, não judicial. Pela via judicial, resolvemos o problema de quem pode pagar um advogado.

**ACOLHIMENTO** – O nosso projeto que acolhe vítimas de violência sexual, o Bem-me-quer, foi premiado pela forma integrada como ele acolhe as mulheres vítimas de violência.

Trata dos sintomas físicos, acolhe psicologicamente. Sabemos que esse é um problema mundial, mas no Brasil é uma questão de saúde pública. Temos uma prevalência de aproximadamente 42 mil casos de violência sexual a cada ano, só aqui em São Paulo.

Cerca de 15% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência durante a vida. E, de 2002 a 2006, nós tivemos mais de 18 mil jovens brasileiras vítimas de violência sexual.

O nosso modelo de acolhimento, considerando que metade das vítimas são crianças, tem uma condição menos traumática. Fazemos o atendimento com um carro que não seja uma viatura policial, para não intimidar. O programa já atendeu mais de 30 mil mulheres.

*90% dos exames de mamografia são feitos em pacientes que não precisam.*

*Cerca de 15% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência durante a vida.*

**TÂNIA LAGO: a reprodução é assunto central para a saúde da mulher no Brasil**

Há riscos de morte que poderiam ser evitados. A questão do câncer de mama é talvez a mais importante para se evitar a morte precoce das mulheres.

O desafio do câncer de mama não está vencido. No caso do câncer de colo uterino, com o exame Papanicolau bem feito a cada três anos e tratamento das mulheres que apresentam alguma alteração, seríamos capazes de evitar a doença.

E, ainda, se encontrássemos mulheres que já estão com câncer de colo e as tratássemos rapidamente, quase nenhuma delas morreria dessa doença.

Mesmo assim, as taxas de mortalidade estão aumentando. Ou seja, nem esse tipo de câncer conseguimos enfrentar ainda. Mesmo diante de uma doença que a gente, há mais de 60 anos, sabe detectar, evitar, tratar e impedir a morte, estamos parados do ponto de vista de resultados.

No caso da mortalidade materna, peguei quatro pontos para analisar 1998, 2003, 2008 e 2013, um intervalo de cinco anos entre cada período. A única inflexão ocorreu de 1998 a 2003, com um período de redução. Depois disso, ficamos muito estáveis.

Isso quer dizer, no mínimo, que a gente não está reduzindo a mortalidade materna. Estamos parados no mesmo lugar. De novo, assim como no câncer de colo do útero, para um problema que é velho, é arcaico, não conseguimos dar respostas.

**REPRODUÇÃO** – Outro ponto fundamental a respeito da saúde da mulher é a questão da reprodução. Precisamos falar do cuidado da maternidade no momento em que a mulher quer engravidar, seja cuidar ou oferecer condições para que ela não engravide quando não quiser.

A reprodução é um assunto central do cuidado à saúde da mulher no Brasil. Isso é essencial para melhorar a maternidade. Além disso, para as mulheres, diferentemente dos homens, o controle da reprodução significa poder desenhar um projeto de vida e poder implementar esse projeto de vida.

Quando a mulher não consegue regular a sua própria reprodução, quem vai definir o projeto de vida dela é a reprodução. No Brasil, as meninas pobres, que engravidam nas primeiras relações sexuais, saem da escola e não podem desenvolver um projeto autônomo de vida. A partir daí, vão cavando um círculo de permanência na pobreza.

Enquanto isso, as meninas filhas da classe média e da classe alta conseguem mais acesso à educação sexual e mais meios de regulação da fecundidade, inclusive ao aborto ilegal. Dessa forma, adiam a maternidade em suas vidas. Assim conseguem criar recursos para desenvolver um projeto de vida autônomo.

Então o que nós estamos vendo no Brasil do ponto de vista da reprodução? Aumentar o fosso entre as mulheres ricas e as mulheres pobres.

Enfrentar a questão da reprodução no Brasil é central para diminuir a desigualdade entre as mulheres pobres e ricas. É a saúde que faz isso? Não.

Mas grande parte do problema deste enfrentamento está no setor saúde. Seja porque a gente não garante a vida das mulheres quando elas engravidam, seja porque a gente não consegue oferecer meios fáceis e acessíveis para o controle da reprodução.



*Quando a mulher não consegue regular a sua própria reprodução, quem vai definir o projeto de vida dela é a reprodução.*

**ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA** – Para reduzir a morte materna, a gente não só precisa melhorar muito a qualidade da assistência obstétrica no Brasil, mas também tornar decentes os hospitais que assistem maternidade no âmbito do SUS.

Onde ficam as maternidades nos hospitais do SUS? No porão, no prédio mais velho. Todo recurso que o hospital busca é para melhorar a tecnologia, comprar equipamento. A maternidade fica no porão.

**ARCAICOS** – Do ponto de vista da regulação da fecundidade, a última Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde do Brasil é de 2006. O estudo mostrou que 46% das crianças nascidas entre 2000 e 2006 não tinham sido planejadas. Portanto, ainda há muita dificuldade na regulação da fecundidade e da reprodução.

No Brasil, somos arcaicos na oferta da anticoncepção. A gente cria uma facilidade sempre ligada a uma dificuldade. Foi excelente o Ministério da Saúde ter incluído as pílulas e aquela injeção contraceptiva na farmácia popular, por um preço muito menor do que a comercial. Só que a mulher precisa ter a receita médica.

Como é que ela consegue a receita médica? Ela vai ao posto de saúde, espera uma consulta por meses. Quando ela tem a consulta, tem a receita, bom, aí já se passou um mês.

**ALBERTINA DUARTE: a bandeira para as mulheres deve ser a da autoestima**

A bandeira para as mulheres brasileiras que eu queria é a da autoestima. Uma autoestima coletiva, para que elas se valorizem como pessoas. Autoimagem positiva, autocuidado, segurança, trabalhar com direito, gênero e cidadania.

Trabalhamos com várias pesquisas com indicadores de vulnerabilidade. As mulheres adolescentes engravidavam com frequência. E elas engravidavam por quê? Por que não conheciam os métodos contraceptivos? Não.

Elas não usavam os métodos porque não tinham coragem. Tinham medo de não agradar. E enquanto a mulher tem medo de não agradar, o homem tem medo de falhar.

E, a partir daí, nós mudamos a ótica de trabalhar os programas. Em vez de dizer use camisinha e proteja-se das doenças, dizemos use camisinha que você tem mais prazer, que você tem mais autocuidado, que você se gosta mais.

O preservativo é uma prova de carinho. Então a gente trabalhou com características próprias da adolescência. A mulher submissa na adolescência será submissa na vida adulta e continuará submissa na terceira idade, que é a adolescência da velhice.

Nós não temos uma política pública que garanta o atendimento ao adolescente no Brasil. São Paulo é o primeiro estado do país nesse sentido. Em São Paulo, temos o laboratório de violência, que faz o aborto legal, quando necessário.

*A mulher submissa na adolescência será submissa na vida adulta e continuará submissa na terceira idade.*



## Segunda Bandeira: Educação, Formação e Cidadania

Os investimentos na qualidade e na oferta da educação na primeira infância são imperativos para o desenvolvimento de nossas crianças e para que muitas mulheres possam construir seus projetos de vida.

A partir de 2016, a pré-escola torna-se obrigatória no Brasil. Muitos municípios vêm se preparando para isso. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido. E o governo federal tem sido omissos nessa discussão.

O tempo em que as creches eram vistas apenas como um espaço para deixar as crianças enquanto as mães trabalhavam ficou para trás. É preciso uma visão integrada que envolva educação, saúde e assistência social.

Além disso, a oferta de locais adequados para educação desde os primeiros meses de vida é crucial para que muitas mães, sobretudo as mais jovens e de menor renda, possam permanecer no mercado de trabalho.

Com mediação da ex-deputada federal Rita Camata (PSDB/ES), o debate contou com a presença da socióloga Maria Helena Guimarães, ex-secretária de Educação do Estado de São Paulo; de Maitê Fernandez Gauto, secretária-executiva da Fundação Abrinq; e de Ana Dayse Dória, secretária de Educação da Prefeitura de Maceió.



Moderadora: Rita Camata



**MARIA HELENA GUIMARÃES: não damos atenção à educação infantil como uma política integrada**



O Plano Nacional de Educação (PNE) tem algumas metas importantes, outras inexecutáveis e algumas que são um retrocesso. Entre estas, destaco a proposta que retira a autonomia de estados e municípios e volta a centralizar o sistema educacional na União.

Querem criar um SUS da educação ao contrário, tirando a autonomia de estados e municípios, com a criação de um sistema nacional. Espero que isso não passe pelo Congresso.

O PNE tem 20 metas. Sobre isso, o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro disse o seguinte: “19 metas dependem da meta 20, que é ampliar os recursos para a educação”.

O que se espera? Espera-se que o país use os recursos do pré-sal. Esses recursos não existem.

Dessas metas, oito dizem respeito ao direito à educação, previsto na Constituição de 1988. Para estados e municípios, quer dizer, em primeiro lugar, a educação infantil.

A partir do ano que vem, o Brasil deverá universalizar o acesso de crianças de zero a quatro anos à pré-escola. Ao mesmo tempo, há uma meta que estabelece que, até 2024, o país deverá garantir 50% da demanda de por creches das crianças de zero a três anos.

Na política de educação infantil, muito mais importante do que ampliar o acesso à creche, é essencial uma política integrada em educação, saúde e assistência social. Não estamos dando atenção à educação infantil como uma política social integrada, articulada com a saúde. Existem várias maneiras de fazermos políticas públicas. É preciso ter uma visão integrada.

Outro ponto é a pré-escola, que será universalizada. O acesso para crianças de quatro e cinco anos deve ser universalizado em 2016. É preciso que essa criança receba um atendimento de qualidade, e é competência exclusiva do município!

Qual é o problema? O governo federal é absolutamente omissivo em relação às crianças de zero a seis anos.

No Brasil, independentemente do estado, existe equidade no acesso. Todas as crianças brasileiras têm o acesso ao ensino fundamental, graças a uma política implantada no governo FHC: o Fundef, que garantiu a universalização do acesso ao ensino fundamental.

As crianças começam a abandonar as escolas na faixa etária de onze a 14 anos. Em relação ao acesso, a criança de seis anos está na escola.

**ALFABETIZAÇÃO** – O problema é que apenas 50% das crianças de oito anos estão alfabetizadas. É uma vergonha. É inaceitável que o Brasil, em 2015, não saiba alfabetizar uma criança. Essa é a política mais fundamental: alfabetizar uma criança. Isso foi resolvido em quase todos os países do mundo.

Temos várias pesquisas que mostram que os professores brasileiros, sejam eles egressos das faculdades públicas ou particulares, não têm a menor ideia do que é uma sala de aula. Eles aprendem todas as ideologias da educação, mas não aprendem a ensinar a ler e a escrever.

Gostaria que o PSDB tivesse uma ação excepcional na área de educação das crianças. Temos 50 milhões de crianças na rede pública. Temos 13 milhões até o ensino fundamental.

Temos que garantir que essas crianças que estão no início escolar tenham condições de obter um lugar no mundo.

*É inaceitável que o Brasil, em 2015, não saiba alfabetizar uma criança*



**MAITÊ FERNANDES: ainda há muitas crianças fora da escola**

Embora o Brasil tenha médias nacionais que indicam a universalização do acesso à educação básica, ainda há muitas crianças fora da escola.

Na faixa de seis a 14 anos, temos quase um milhão de crianças fora da escola. De cinco a 17 anos, quase 2 milhões. São números vergonhosos para um país como o Brasil. Os dados mais preocupantes são os do Norte e Nordeste.

Existe uma relação muito ruim entre o trabalho infantil e o abandono escolar. Há uma questão de gênero muito importante: o índice de meninas é maior, por causa do trabalho doméstico, remunerado ou não. A gravidez na adolescência também influencia.

Tem uma questão fundamental, além de construção de creches: o custeio para manter todos esses serviços funcionando com qualidade. A fonte para esses investimentos, principalmente para os municípios pequenos, é o Fundeb.

A gente não vai conseguir avançar e atingir a meta do PNE de 50% se não ampliarmos os recursos disponíveis para as creches.

A Fundação Abrinq lançou em outubro deste ano o “Observatório da Criança e do Adolescente”, uma plataforma que sistematiza quase todos os indicadores de crianças e adolescentes por estado e região. Queremos, até 2016, disponibilizar todos os dados para que sirvam de subsídio em políticas públicas.

**ANA DAYSE DÓRIA: estamos com professores no século XIX; escolas, no XX; e alunos, no XXI**



Saúde e educação são um binômio que não se separa. A Prefeitura de Maceió tem a educação como prioridade. Temos na nossa rede 135 escolas. Na educação infantil, temos 4.768 crianças matriculadas e 72 mil crianças fora da sala de aula.

Imaginem o nosso desafio, com o PNE, de colocar 50% das crianças em escola, sendo que não colocamos nem 10% ainda. Só temos duas creches públicas. A população jovem que for trabalhar não tem onde deixar suas crianças. Esse é um quadro crítico.

O que fazer diante de tudo isso? Assumimos em 2013 e vimos que era impossível fazer isso sozinhos. Buscamos suporte com o MEC, com o PNUD.

Hoje estamos reestruturando a rede municipal. Temos um projeto que virou programa: o "Viva escola", baseado em quatro grandes pilares: infraestrutura, ações pedagógicas, formação continuada dos professores e fortalecimento da gestão administrativa.

A infraestrutura nas 135 escolas era ruim. Fisicamente, fizemos adaptação orçamentária e já recuperamos 12 unidades de ensino. A grande reforma foi na parte pedagógica. O nosso desafio foi na formação continuada dos professores.

Estamos com professores no século XIX; escolas, no XX; e alunos, no XXI. Todo aluno hoje tem um celular e está ligado.

Estamos agora promovendo um curso para diretores de escola. Existe grande resistência. O curso teve que ser à distancia. Descobrimos que a maioria dos 500 candidatos a diretor não sabe se conectar com o mundo virtual e coloca o filho para ajudar.

## Terceira Bandeira: Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana

A demanda da sociedade brasileira por mobilidade urbana, habitação digna e preservação ambiental é cada vez mais crescente. Em resumo, essa agenda significa que os cidadãos exigem mais qualidade de vida.

Essas questões, sem dúvida, pautarão grande parte do debate nas próximas eleições municipais, seja nas disputas nos grandes centros ou nas pequenas cidades, cada vez mais conectadas. As candidatas do PSDB precisam estar preparadas para abordar essas questões.

A mobilização da sociedade caminha nessa direção. As mulheres tucanas podem emprestar sua sensibilidade para a busca de soluções criativas, eficientes e ambientalmente sustentáveis para os problemas de nossos municípios, sobretudo dos grandes e médios.

Com moderação de Marina Caetano, o debate contou com a presença de Laura Valente de Macedo, consultora-sênior da WRI Brasil; de Marina Kohler Harkot, pesquisadora independente e ativista em questões urbanas; e de Cleuza Zerbini, fundadora da Associação dos Trabalhadores Sem-terra de São Paulo.



Moderadora: Marina Caetano





**LAURA VALENTE DE MACEDO: o país deve caminhar mais depressa na direção de uma matriz energética limpa e sustentável**

A coisa mais importante que temos a fazer é dar o exemplo. Vamos dar o exemplo e separar o lixo para coleta seletiva, não fazer ligação de esgoto clandestina, regular o motor do automóvel para não poluir tanto, usar transporte público.

Enfim são coisas que beneficiam tanto a gente como a coletividade. Precisamos pensar no outro e no futuro das próximas gerações, pois os efeitos das mudanças climáticas recaem de modo mais expressivo justamente sobre os mais pobres.

E acima de tudo não desperdiçar. O inimigo número um da sustentabilidade é o desperdício. A primeira coisa que a gente tem de pensar é na economia, desde a doméstica até a pública, passando pela empresarial.

A questão das mudanças climáticas está muito associada ao crescimento populacional e ao desenvolvimento econômico. É algo que, se a gente não se preocupar agora, no futuro as consequências serão piores.

Estamos acomodados no pior. Precisamos convencer as pessoas que é vantajoso mudar. Devemos pensar com ousadia essas questões.

Caso nada seja feito, os piores problemas vão estar ligados à mudança do ciclo hidrológico. Os impactos serão sobre os sistemas naturais e, mais ainda, sobre os sistemas humanos de distribuição dos recursos hídricos.

O Brasil está fazendo algumas coisas importantes. O país tem um esforço para reduzir as emissões causadas por desmatamentos, mas a tendência é de aumentar as emissões na geração de energia. Ou seja, o país deve caminhar mais depressa na direção de uma matriz energética mais limpa e sustentável.

O inimigo número um da sustentabilidade é o desperdício.

**MARINA KOHLER HARKOT: o poder de mobilidade da mulher é diferente do poder dos homens**

Precisamos mudar certos paradigmas quando falamos em mobilidade urbana e em transporte nas cidades. Ser mulher na cidade é complicado. Estar na rua e ser mulher é um perigo.

O índice de infecções de mulheres por conta da falta de banheiros com água corrente é maior do que o de homens, por exemplo. A distribuição dos postos de saúde é outro exemplo do impacto negativo para exames de pré-natal, pois costumam estar mal localizados.

Essas são algumas inseguranças causadas pelos espaços públicos nas nossas cidades. Além disso, podemos listar a iluminação, as calçadas. As calçadas não estão preparadas para um cadeirante, muito menos para um carrinho de bebê, muito menos para carrinho de feira.

**ESPAÇO RESTRITO** – Eu me pergunto se todos esses problemas ocorressem com homens se já não teríamos encontrado as soluções. Isso tudo se deve ao espaço historicamente da mulher na cidade moderna, restrito à área doméstica.

No Brasil dos anos 1940 e 1950, a mulher ficava, majoritariamente, em casa, cuidava dos filhos e da família. Quase não se deslocava sozinha. Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, esse panorama sofre uma grande mudança.

Se a mulher passa a trabalhar fora não significa que também houve uma divisão de tarefas dentro da família. O marido não passou também a partilhar cuidado do filho ou das tarefas domésticas. Então significa que o poder de mobilidade da mulher é diferente do poder dos homens.

O trajeto dos homens normalmente é de casa ao trabalho. O padrão de mobilidade da mulher é diferente. Elas saem de casa, deixam o filho na escola, passam na feira, passam na casa da família e depois vão para o trabalho. Na volta do trabalho, passam no mercado, na farmácia, buscam os filhos na escola.

Temos de pensar como essas linhas de ônibus são traçadas, como o espaço público é pensado, como estão distribuídos os centros comerciais no território das cidades. Esse é um problema grave.

**PEDESTRE PRIMEIRO** – A raiz do problema é a falta de mulheres para pensar e ajudar na construção dos sistemas de transporte e de mobilidade urbana. Esse sistema é como uma pirâmide: em primeiro lugar vem o pedestre; em segundo lugar, o ciclista; em terceiro lugar, o usuário do transporte público; em quarto lugar, o transporte de carga; em quinto e último lugar, o carro.

Precisamos incentivar o comércio de rua, sair do shopping center, sair dos lugares fechados. Isso torna a cidade um lugar seguro para todos, por que vai ter mais gente na rua olhando a vida acontecer. Teremos menos gente dentro do transporte usando a rua como lugar de passagem. Teremos mais gente vendo a rua como lugar de estar.



**CLEUSA ZERBINI: (no governo do PT) para alguém receber uma casa, levava dez anos**



Sempre tive uma participação ativa nos movimentos da Igreja Católica. Dentro da Igreja, conheci o Partido dos Trabalhadores. Acabei entrando no partido, não para fazer política, mas porque queria ajudar os pobres.

Quando, em 1989, Luiza Erundina (então no PT) ganha a eleição para Prefeitura de São Paulo, pensei que tudo fosse acontecer. Eu estava muito engajada na luta, já tinha feito várias invasões de terra.

Ajudei a construir o partido. Elegemos Luiza Erundina. Fui trabalhar na Secretária de Habitação. Na primeira vez em que sentamos para discutir habitação, discutíamos a questão do mutirão, mas para alguém receber uma casa levava dez anos.

Por quê? Precisavam da mesma casa para ser usada em três eleições. Assim a minha grande decepção começa já em 1990.

Conheci o Mario Covas, também dentro da igreja. Em 1995, fui falar com ele no Palácio dos Bandeirantes. Juntei algumas pessoas e disse para ele:

– Governador, eu vim aqui para perguntar se o senhor ainda continua o mesmo da campanha? Se o senhor me falar que é o mesmo Mário Covas que foi prefeito e senador, eu vou continuar a conversa. Se o senhor falar que agora tem a lei, que agora não tem dinheiro, que agora precisa fazer licitação, essa história não me interessa.

Ele disse:

– Cleuza, ainda sou o mesmo.

Fizemos um convênio com o estado. A gente compra a terra e o governo faz a infraestrutura. Com esse negócio, temos 25 mil famílias pobres, que catam latinha, que são empregadas e têm seu pedaço de chão, que têm a sua casa hoje digna.

Agora do mesmo jeito que a gente compra terra barata, compramos vaga na faculdade. Depois do vestibular, compramos as vagas excedentes por valores muito baratos.

# Quarta Bandeira: Empreendedorismo, Terceiro Setor e Voluntariado

A agenda do empreendedorismo, do terceiro setor e do voluntariado é um flanco a ser explorado pelas candidatas do PSDB nas próximas eleições municipais, sobretudo em um ambiente de retração da economia.

O Brasil é dono de reconhecida cultura empreendedora. No entanto, o país ainda tem uma longa caminhada para se tornar uma nação que estimule aqueles que desejam investir e abrir o próprio negócio.

De acordo com a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor, 34% dos brasileiros de 18 a 64 anos possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio. Há uma década eram 23%. Nos Estados Unidos, o percentual é de 20%. No Reino Unido, 17%. Na Índia, 10%.

As nossas candidatas precisam estar preparadas para dialogar com esse público, sendo por políticas públicas que digam respeito à redução da burocracia e à facilidade de acesso ao crédito, por exemplo. Essas bandeiras, historicamente, são ligadas ao PSDB.

Por outro lado, a atuação do terceiro setor, aliado com o trabalho voluntariado, é fundamental para atender demandas da sociedade em áreas em que o modelo de atuação privada é mais eficiente que o setor público. Aqui também temos que aprender a dialogar na língua desse público.

Com moderação de Nancy Thame, o debate contou com a participação de Mônica Galiano, secretária-executiva do Conselho Latino-americano de Voluntariado Empresarial; de Michelle Larissa Nascimento, secretária de Emprego e Renda da Prefeitura de Maceió; e do sociólogo Bruno Caetano, diretor-superintendente do Sebrae/SP.



Moderadora: Nancy Thame





**MÔNICA GALIANO: voluntariado e ativismo social são ferramentas para o desenvolvimento**

Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, alguma coisa concreta. A mobilização se dá quando as pessoas percebem que existem alternativas.

O trabalho voluntário é fortemente influenciado pela história, pelo cenário político, pela cultura de uma determinada região. O que é considerado trabalho voluntário em um país, pode não ser em outro.

O serviço voluntário é algo que se faz sem visar remuneração financeira. A tarefa tem que ser realizada por livre e espontânea vontade. Esse trabalho tem que beneficiar alguém.

No Brasil, é amplamente aceita a definição que se fez, em 1996, quando Ruth Cardoso comandava o programa Comunidade Solidária: o voluntário é o cidadão movido pelo seu poder de participação e solidariedade de livre e espontânea vontade, sem remuneração.

O voluntário doa seu tempo, trabalho e talento em benefício de uma causa comum, causa de interesse social. Doação de recursos financeiros não é trabalho voluntário. O voluntariado é liberdade.

**DOIS MOVIMENTOS** – Ao passar do desejo para a ação, o voluntário realiza dois movimentos: um para si e outro para o próximo. O voluntário não faz um trabalho, faz algo de outra dimensão: vai ao encontro de si mesmo.

Em geral, quem lida com política e é ativista tem um certo preconceito contra a palavra voluntariado.

**ATIVISMO E TECNOLOGIA** – A novidade é a junção do ativismo com a tecnologia. Sem internet, não se faria a Primavera Árabe. Isso é puro ativismo. A tecnologia tem possibilitado muitas ações de voluntariados.

A gente imagina que ser voluntário é só cuidar de neném, é ler uma historinha, limpar a bundinha e trocar a fralda. Não é verdade. Você pode fotografar, postar e compartilhar algum ato de injustiça. Se isso é relevante, é um trabalho voluntário.

Voluntariado e ativismo social podem servir como ferramenta para desenvolvimento. São ambos meios poderosos para que os indivíduos de todas as posições sociais e profissionais se engajem com o objetivo de melhorar a sociedade.

O voluntário não faz um trabalho, faz algo de outra dimensão: vai ao encontro de si mesmo.



**MICHELLE LARISSA NASCIMENTO: em Maceió, a economia solidária transforma vidas**

O empreendedorismo social é a forma de unir inclusão social e geração de trabalho e renda, com foco no bem-estar social.

Na Prefeitura de Maceió, uma das vertentes desse tipo de empreendedorismo é a economia solidária, que vem transformando a vida de centenas de famílias, com ações que vão desde capacitações até a comercialização.

Em apenas três anos de governo, o número de empreendimentos solidários cadastrados na Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária passou de cinco para cerca de 80.

São centenas de famílias que conseguem ter na produção da economia solidária um acréscimo significativo na renda.

A Semtabes conseguiu levar os grupos a diversos pontos de comercialização, como a Rua Fechada da Ponta Verde, mercados públicos, feiras e eventos, além de exposições nos principais shoppings da cidade.

Além da geração de renda, o trabalho da economia solidária contribui para a melhoria da autoestima dos empreendedores e da qualidade de vida de suas famílias.

A proposta é fazer da economia solidária uma política pública efetiva, capaz de beneficiar as mulheres, acima de tudo, como maior público.



**BRUNO CAETANO: a burocracia não está com nada**

A bandeira do empreendedorismo é tucana. Se olharmos no DNA do partido, isso é PSDB na veia. Nenhum partido trabalhou tanto a favor do empreendedorismo quanto o nosso.

Senão tivéssemos feito mais nada além do plano real, isso já seria o mais importante para fomentar o empreendedorismo: possibilitar a capacidade de planejamento das pessoas.

Imaginem como era ser empreendedor no Brasil com uma inflação de 127% ao mês. Outra coisa importante e que devemos nos orgulhar bastante é o Simples Nacional.

Quantos empreendedores temos no Brasil? São dez milhões de micro e pequenas empresas e outros 5,5 milhões de microempreendedores individuais. Essa é uma categoria importante no empreendedorismo brasileiro. É a forma mais barata, fácil e eficiente de se virar patrão.

Essa é uma turma muito importante. Temos que olhá-los com carinho e cuidado, especialmente no ano que vem, nas eleições municipais.

Hoje de cada 100 empresas, 99 são pequenas. De cada 100 empregos e ocupações, 67 estão nas pequenas empresas, que representam 27% do PIB. Essa é uma bandeira popular. De cada 100 brasileiros, quase 70 dependem do pequeno negócio.

**VOTO FEMININO** – O Sebrae representa o Brasil em uma pesquisa internacional chamada Monitoramento Global do Empreendedorismo. Vamos aos pontos positivos primeiro.

Hoje mais da metade das empresas abertas no Brasil é feita por mulheres. Essa bandeira é uma bandeira muito importante para conquistar o voto feminino.

Por que cada vez mais mulheres estão apostando no empreendedorismo? Há muito preconceito no mercado de trabalho. As mulheres chegam a ganhar até 40% menos que o homem para exercer a mesma função. No mundo do empreendedorismo esse preconceito não existe.

O ganho da mulher é proporcional ao que produz. Isso está relacionado a inovação e a planejamento. Outro dado positivo: o Brasil é o país do mundo onde há mais gente querendo abrir o próprio negócio. São quase 39 milhões de brasileiros que pretendem abrir um negócio nos próximos três anos.

Se a gente pegar os mais jovens, com até 34 anos, abrir o próprio negócio já é o principal sonho do brasileiro. Temos que falar de empreendedorismo para esse público.

Agora vamos falar um pouco das coisas ruins. A mesma pesquisa identificou que o principal problema do Brasil, na comparação com outros países, é a burocracia. Esse é um tema nevrálgico. Precisamos nos debruçar sobre ele.

*Hoje, de cada 100 empresas, 99 são pequenas. De cada 100 empregos e ocupações, 67 estão nas pequenas empresas, que representam 27% do PIB.*

Dá para melhorar. O primeiro passo é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, uma espécie de constituição do empreendedor. Basicamente, essa lei traz desburocratização e a responsabilidade de se criar incentivo tributário seletivo.

Essa lei traz também a fiscalização orientada. Acaba com a história de o fiscal multar o empreendedor na primeira vistoria. A primeira vistoria tem que ser para orientar.

Para finalizar, alguns pontos principais a serem defendidos pelo PSDB. O primeiro passo é criar um código único. Vamos simplificar a legislação. Isso é fácil de se fazer e isso tem um efeito muito positivo na cidade.

Segundo ponto, fiscalização com orientação. Precisamos garantir que a primeira fiscalização será feita para orientar. Outro ponto interessante é colocar o acesso aos serviços em um mesmo lugar.

Temos exemplos de cidades que conseguem concentrar tudo num só lugar, uma espécie de Poupa-Tempo do Empreendedor. A burocracia não está com nada. É necessário rever processos.

O decisivo nessa revisão de processos é integrar os órgãos municipais. Há muita confusão na análise sequencial. O jeito mais correto é criar um sistema de análise. Todos os órgãos municipais falam ao mesmo tempo.

*São quase 39 milhões de brasileiros que pretendem abrir um negócio nos próximos três anos.*

# Considerações finais

As crises política e econômica que paralisam o país devem transformar as eleições municipais de 2016 em um mar revolto. O quadro de incertezas quanto aos rumos do país torna qualquer previsão sobre o cenário eleitoral feita no final de 2015 mera especulação, tamanho o caos criado com afincos e perseverança durante os anos do PT no Planalto.

Os sucessivos escândalos de corrupção, aliados à incúria administrativa na esfera federal e à maior recessão desde o *impeachment* de Fernando Collor, corrompem a credibilidade das instituições políticas, partidos à frente, conforme ficou claro em uma das mesas deste seminário.

Contra o julgamento do senso comum de que “são todos iguais”, devemos deixar claras nossas diferenças, não para transformar a disputa eleitoral na luta do “nós contra eles”, que esteriliza e empobrece o debate, mas para dar nossa contribuição e elevar o nível da discussão.

Devemos propor soluções para a travessia que deve ser feita na condução do Brasil. No caso de nossas candidatas em 2016, o desafio é elevado por uma questão de gênero, fundamental na consolidação das democracias.

Para nós, mulheres, portanto, mais do que nunca é preciso entrar na disputa preparadas, com um discurso claro. Não há espaços para improvisos. Para contribuir nessa direção, realizamos este seminário.

A partir das discussões com um time multidisciplinar de especialistas, com origem em vários campos do pensamento político, econômico e social, elegemos algumas bandeiras, que sabemos não esgotar todos os temas relevantes.

Acreditamos que a defesa de algumas das teses listadas abaixo pode ajudar nossas candidatas na hora da disputa do voto. Temas como saúde da mulher, criação de maternidades, abertura de creches, mobilidade urbana e empreendedorismo, por exemplo, são imperativos na agenda de nossas candidatas.

O papel da mulher em nossa sociedade passa por uma transformação e devemos estar na vanguarda dessas mudanças. O nosso discurso precisa ser contemporâneo e para isso precisamos intensificar nossos esforços para o fortalecimento de uma sociedade mais igualitária, justa e transparente.

Por isso, elegemos algumas bandeiras a serem empunhadas por nossas candidatas agora em 2016:

- a) apoiar o ensino em tempo integral e a criação de creches para que mães, sobretudo as de menor renda, possam trabalhar e continuar os estudos, além de garantir uma educação de qualidade para nossas crianças;
- b) estimular a promoção de campanhas preventivas de atendimento ao câncer de colo de útero, de mama e às DSTs;
- c) propor o atendimento integral à mulher e à criança vítimas de violência doméstica;
- d) defender o amplo acesso aos meios contraceptivos para que as mulheres possam planejar o próprio futuro e decidir o melhor momento para a maternidade;
- e) defender o acesso integral à saúde materna, desde a gestação, passando pelo parto humanizado;
- f) sugerir mudanças em nossas cidades para que os espaços públicos se tornem mais amigáveis às mulheres;
- g) eleger o empreendedorismo como forma de autonomia econômica feminina.

A expressividade do eleitorado feminino e a grande presença das mulheres no mercado de trabalho demonstram a necessidade de propostas efetivas para esse público.

Devemos romper com a lógica do discurso machista, conservador e atrasado que ainda prevalece nas nossas disputas eleitorais. Precisamos buscar propostas na direção da sociedade de parceria e com menos dominação.

As eleições municipais exigem das candidatas propostas efetivas para os problemas do cotidiano. As indicações aqui, claro, devem ser adaptadas para a realidade de cada município.

Temos alguns temas bastante relevantes. Com certeza, questões como transporte público, educação infantil, atendimento médico e fonte de renda dizem muito a nós, mulheres, e adaptações deverão ser feitas para cada cidade, usando o conhecimento local e a sensibilidade tão inerente ao universo feminino.

Vamos em frente. Parabéns às nossas candidatas. O Brasil e nossas cidades precisam muito de vocês.

Mulheres e Política *Educação, Formação e Cidadania*  
Análise da Conjuntura Atual Saúde da Mulher  
Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana  
Saúde da Mulher *Empreendedorismo, Terceiro Setor e Voluntariado*  
Mulheres e Política *Saúde da Mulher*  
Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana *Análise da Conjuntura Atual*  
Educação, Formação e Cidadania  
Empreendedorismo, *Mulheres e Política*  
Terceiro Setor *Saúde da Mulher*  
*Educação, Formação e Cidadania*  
e Voluntariado *Análise da Conjuntura Atual*  
Habitação, *Mulheres e Política*  
Meio Ambiente *Análise da Conjuntura Atual*  
e Mobilidade Urbana *Saúde da Mulher*  
*Empreendedorismo, Terceiro Setor e Voluntariado*  
Educação, *Análise da Conjuntura Atual*  
Formação *Mulheres e Política*  
*Empreendedorismo, Terceiro Setor e Voluntariado*  
e Cidadania *Saúde da Mulher*  
*Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana*  
Mulheres e Política *Educação,*  
Educação, *Empreendedorismo,*  
*Terceiro Setor* *Formação*  
Formação *e Voluntariado*  
*Saúde da Mulher* e Cidadania  
e Cidadania *Análise da Conjuntura Atual*